O “desenvolvimento” e a paisagem: discussões sobre animais humanos, colonização e antropização

RAFAEL RODRIGO FERREIRA DE LIMA

Editora Poisson

Rafael Rodrigo Ferreira de Lima

O “desenvolvimento” e a paisagem: discussões sobre animais humanos, colonização e antropização

1ª Edição

Belo Horizonte

Editora Poisson

2024

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732 Lima, Rafael Rodrigo Ferreira de

O "desenvolvimento" e a paisagem: discussões sobre animais humanos, colonização e antropização – Belo Horizonte– MG: Editora Poisson, 2024

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-445-1
DOI: 10.36229/978-65-5866-445-1
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento 2. Colonização I. LIMA, Rafael Rodrigo Ferreira de II.Título

CDD-304.2

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

Autor

Rafael Rodrigo Ferreira de Lima

Graduado em Engenharia de Produção (2024), em Administração (2023) e em Agronegócio (2020) pelo Centro de Ensino Superior de Maringá, com mestrado profissional em Ciências Ambientais (IFBaiano) e formação acadêmica *Lato Sensu* em Meio Ambiente, Gestão e Educação. Possui formação técnica: Segurança do Trabalho (IFS, 2021). Atuou em projetos de pesquisa nas áreas de administração e ciências ambientais, com projetos vinculados à Unicesumar, à UFS e ao IFBaiano. Atuou em projetos de extensão em popularização de Ciência e Tecnologia, Ciências Ambientais e Ciências Sociais Aplicadas, com projetos vinculados à UFS e ao IFBaiano. Sob o pseudônimo Rafael Rodrigo Marajá, é finalista de prêmios literários, autor dos livros Pavilhão do Vizir e Anjo da Guarda, de publicações em veículos de notícias e autor e mantenedor do *blog* de crônicas Marajá Review - https://orcid.org/0000-0002-9485-9283

*Dedicado à **Oyá!***

Epahey!

A pobreza, a fome e a violência são primas-irmãs dos discursos de manutenção de crescimento e de desenvolvimento.

Uma breve reflexão sobre desenvolvimento sustentável
Rafael Rodrigo Marajá

Prefácio

A sustentabilidade é, pelo que agora se tenta popularizar, uma questão de sobrevivência para os animais humanos e não humanos em uma paisagem altamente antropizada. Contudo, a discussão sobre tal movimento nocivo provocado pelo animal humano perpassa pelo cotidiano, pela espera no ponto de ônibus, pelo calor irrefreável, pelas enchentes, pelo frio atípico, pela morte de animais silvestres, pelo abandono de animais domésticos, pelo surgimento e proliferação de doenças.

Pode-se entender que a antropização é, em última análise, o retrato do ser humano em 360°, em que os aspectos positivos e negativos da ação humana são retratados sem filtros e sem amenizações. É o que é. E isso deve ser o suficiente para provocar modificações comportamentais profundas, urgentes e necessárias.

A partir disso, esta obra, apoiada em conceitos da psicologia ambiental, da arqueologia ambiental e da decolonialidade discute a paisagem, os animais e os efeitos da antropização. É o trabalho fruto das conversas, debates e reflexões coletivas e individuais sobre “desenvolvimento” e meio ambiente no contexto real, vívido e cotidiano.

Os temas aqui tratados não surgem e nem se encerram em suas breves linhas ora escritas. Pelo contrário, expande dúvidas, levanta questionamentos, promove a reflexão. E o objetivo é justamente esse: provocar para mudar.

Há tempo de modificar comportamentos, entender nossos movimentos, destituir o consumismo do pedestal glorificado em que foi colocado em nossas vidas. Há tempo, mas curto.

O autor

SUMÁRIO

1. Psicologia ambiental: contextos reflexivos e acadêmicos 09

1.1. Sobre a psicologia ambiental e os animais humanos 10

1.2. Psicologia Ambiental e Academia 18

2. A persistência do processo colonizador 22

2.1. O "desenvolvimento" entre a crença e a decolonialidade 28

2.2. O "desenvolvimento" entre o controle social do trabalho e a Academia 33

3. Brevíssima discussão sobre a modificação da paisagem pelo homem 38

3.1. A paisagem modificada 39

3.2. Ameaças antropocêntricas 42

3.3. Uma nota sobre os desastres socioambientais 43

3.4. As significativas vidas da Sarjeta 45

3.5. A sustentabilidade retroalimentada pelo papel social da mulher 49

3.6. A influência do comportamento humano na integridade do meio ambiente 50

3.7. Sobre o petróleo brasileiro e os minerais baianos 51

CAPÍTULO

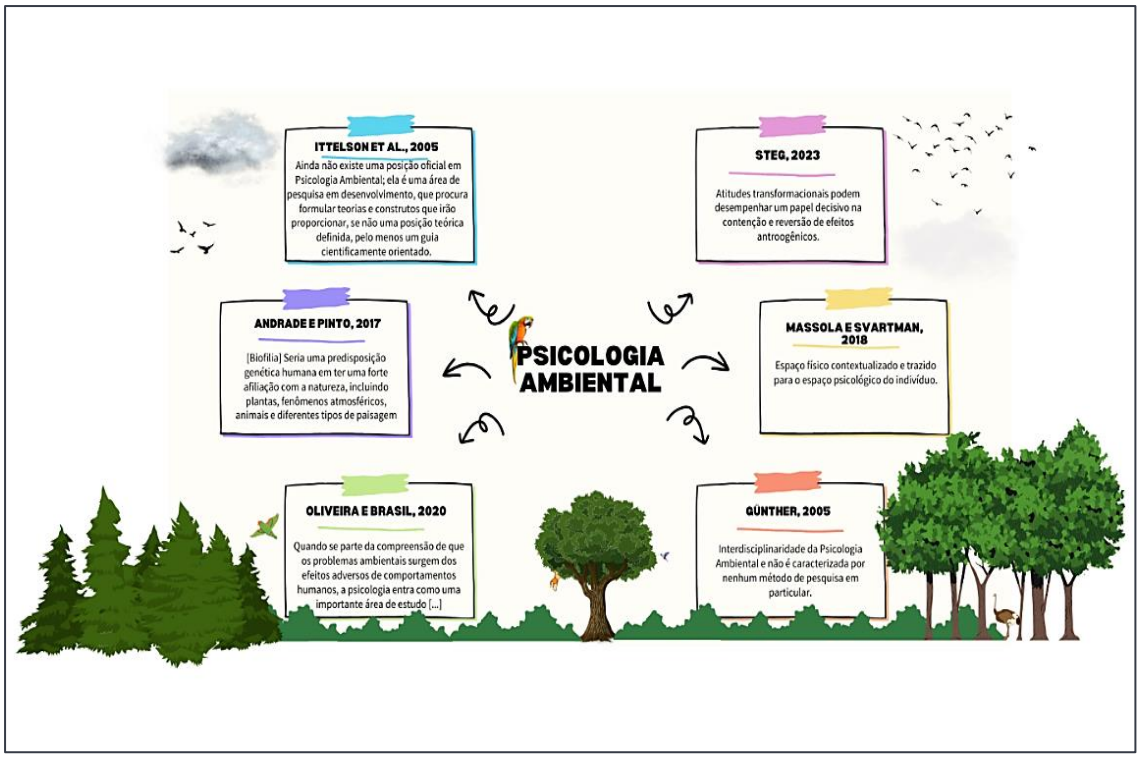
01 Psicologia ambiental: contextos reflexivos e acadêmicos

A relação entre os animais, humanos e não humanos, com o meio que ocupam é, na análise mais superficial, uma questão de lógica de sobrevivência. Tal pensamento sobre essa relação parece ser tão óbvio que justificaria não tratá-lo em rodas de conversas informais e formais, em ambientes acadêmicos, empresariais e coloquiais. No entanto, tal obviedade sobre um tema tão relevante é usada apenas para mascarar a falta de responsabilidade sobre as ações que impactam negativamente a coletividade dos seres vivos no ecossistema local e na dinâmica ambiental regional e global.

Ao restringir a discussão sobre a relação entre os animais e o ambiente ocupado aos animais dominantes, os seres humanos, não se pode, independente do que possa ser vendido em filmes, artigos científicos e jornalísticos, músicas e tergiversações dramáticas, relegar as consequências ao percurso natural do caminhar da humanidade ou da vontade de figuras deliradas do imaginário religioso.

O meio ambiente imediato, isto é, aquele que é ocupado pelo indivíduo, possui modificações capazes de abrigar a vida do ser humano e de satisfazer as necessidades de sobrevivência, como a produção agrícola e/ou industrial e as atividades correlatas de comercialização e distribuição de produtos ao consumidor final. Dessa forma, se o meio ambiente sofre tais modificações que, cumulativamente, resultam em alterações drásticas e, em alguns casos, irreversíveis, como se pode justificar tais modificações a figuras religiosas imaginadas?

Figura 1 - conceitos da psicologia ambiental



Fonte: autor, 2024.

Nesse contexto, a psicologia ambiental tenta construir um cenário fundamentado em explicações decorrentes de fatores íntimos e coletivos, individuais e comunitários, em que a relação entre o meio ambiente e os animais humanos e não humanos são colocados, dialogicamente, em uma dinâmica capaz de explicar o comportamento humano e os reflexos da paisagem em função de tais comportamentos. É uma área da psicologia que recorre ao próprio ser humano para explicar fatos, redefinir relações com elementos bióticos e abióticos e construir, assim, um futuro realista para uma humanidade que arrasta correntes com elos dourados, hulhosos e estéreis.

1.1. SOBRE A PSICOLOGIA AMBIENTAL E OS ANIMAIS HUMANOS

O animal humano estabelece significados para as suas ações e para a ocupação e apropriação da paisagem como forma de ser e de estar. Um amplo processo que torna tal animal articulador das relações de si com os demais animais não humanos, com os seus pares e com os elementos naturais, transformados em recursos, nem sempre indispensáveis à sua sobrevivência.

Figura 2 - Vista parcial do rio Sergipe, Aracaju-SE

Fonte: autor, 2019.

> Quando os homens constroem casas, eles criam não só um ambiente físico, mas também um ambiente psicológico de significados, um mundo simbólico que reforça um esquema particular de gostos e valores (Ittelson et al., 2005, p. 1).

Ocorre, nesse processo relacional com os elementos bióticos e abióticos da paisagem, anomalias que atingem esse animal humano e que são classificadas como “desastres” e cuja ocorrência deriva de uma natureza incontrolável e responsiva a si. Essa falácia, por vezes, endossa discursos negacionistas e práticas ineficazes da gestão do espaço ocupado pelo animal humano, cujos prejuízos materiais e imateriais atingem animais humanos e não humanos marginalizados pelo histórico processo de apropriação da paisagem e de sua bestialização conceitual.

Figura 3 - Vista parcial da sede do município de Campos Belos - GO.

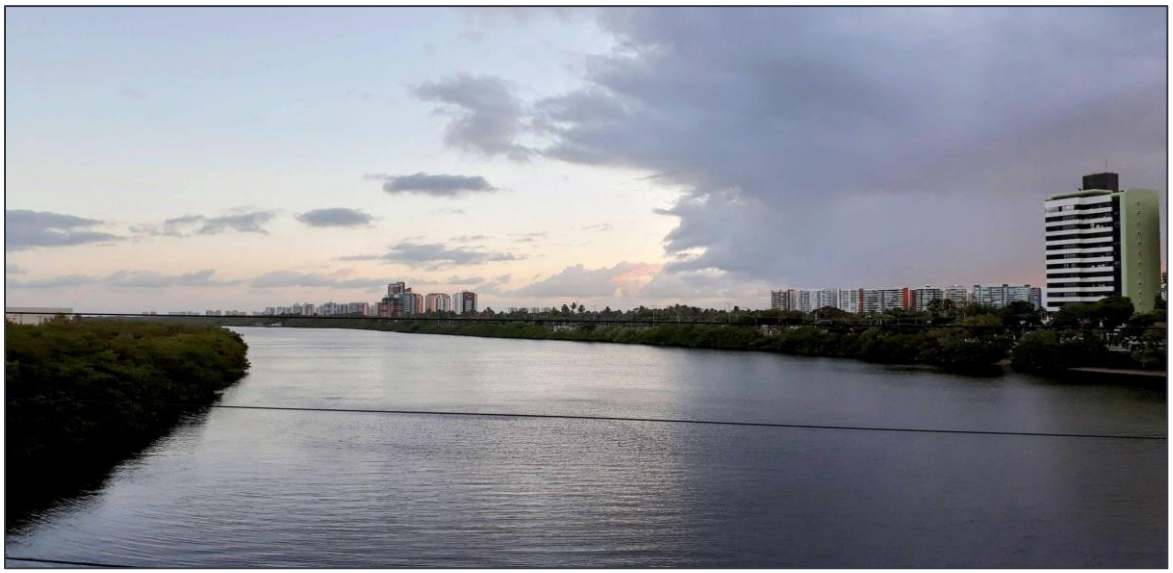
Fonte: autor, 2024.

Sobre isso, Andrade e Pinto (2017, p.33) aduzem que

> [...] ao se comparar as cidades contemporâneas com o ambiente de adaptação evolutiva humano, percebe-se que a área urbanizada tem: biodiversidade muito baixa, alta densidade demográfica, ciclos biogeoquímicos desequilibrados e incompletos, alta taxa de impermeabilização do solo e grande utilização da queima de combustíveis fósseis.

No entanto, a recorrência de tais “desastres”, independente da sua magnitude, implica em uma cultura de manutenção da vulnerabilidade de animais humanos marginalizados e do desprezo pela vida dos animais não humanos, selvagens ou domésticos.

Figura 4 - Vista parcial do rio Sergipe, Aracaju-SE.



Fonte: autor, 2024

Ao considerar os animais não humanos meros objetos serventes da satisfação dos desejos e carências dos animais humanos, há a implicação de que a vida, em seu sentido mais amplo, não tem valor. É por isso, conforme apontado por Lima (2023a), que, mesmo nos espaços acadêmicos, os animais não humanos não estão livres das violências física e social imagináveis pela mente e pelo comportamento dos animais humanos.

> O mundo "não-natural", construído pelo homem, que tomou o lugar da "natureza" como contexto de nossas vidas diárias está separando o ser humano de muito de seu passado biológico. O secular equilíbrio entre o homem e o ambiente natural -a acomodação física e psicológica entre o homem e seu ambiente externo, que lhe permitia vagar livremente pelo universo - está se dissolvendo ante o impacto do desenvolvimento tecnológico. Assim, o que nós estamos corretamente buscando hoje é um relacionamento com o ambiente que não só preserve o que temos, mas que de fato nos ajude a recapturar o que foi perdido (Ittelson et al., 2005, p. 2).

Assim, não é surpresa que os animais humanos transponham sua visão reducionista sobre o valor da vida e da vulnerabilidade de vivência nos espaços em que ocupa e mantenha, sob justificativas meramente econômicas, os seus pares em situação de pobreza, em todas as suas dimensões, em um meio ambiente em constante degradação (Lima, 2023b). Nesse cenário de desvalorização da vida de animais humanos e não humanos e da degradação ambiental que disso decorre, a ocorrência de “desastres” não pode ser considerada apenas um mero evento aleatório ou decorrente de uma natureza voluntariosa. Ao contrário, devem ser entendidos como consequências das ações estruturadas e planejadas dos animais humanos dominantes ao longo de uma temporalidade que revela um conceito de “desenvolvimento” e que requerem ações igualmente planejadas para a sua contenção e cessação. Por esse motivo,

> [...] a atual preocupação com os problemas da vida nas cidades - o ambiente construído que está se tornando, para muitos de nós, cada vez mais inadequado como contexto de vida. Densidade populacional, degeneração das áreas centrais, poluição e alienação são alguns dos estressores ambientais aos quais o homem urbano está sujeito. Programas de estudos urbanos e uma crescente ênfase em planejamento urbano testemunham a urgência com que procuramos uma análise mais empírica do relacionamento entre comportamento das pessoas e suas cidades (Ittelson et al., 2005, p. 2).

Essa necessidade de prevenção, contenção ou reversão de “desastres” naturais e/ou socionaturais pode gerar, conforme Tidball (2012), respostas positivas por parte das comunidades de animais humanos. Entretanto, até mesmo essas respostas positivas necessitam ser avaliadas do ponto de vista dos agentes geradores que desencadeiam tais “desastres” de forma que não haja punições apenas para “vítimas” e sim uma distribuição de responsabilidades, direitos e deveres entre todo o conjunto de animais humanos.

> A participação que permite ao indivíduo sentir-se responsável pelo futuro de sua coletividade e, ao mesmo tempo, herdeiro de um passado comum, o qual engloba a memória coletiva, a cultura e o lugar, é relacionada por alguns autores a formas de enraizamento que fomentam o crescimento pessoal e coletivo (Massola; Svartman, 2018, p. 302).

Isso, conforme Steg (2023), recai em mudanças transformacionais que podem desempenhar um papel preponderante na mudança do comportamento individual dos animais humanos e das suas coletividades no processo de contenção e reversão dos efeitos antropogênicos já causados e em andamento.

> O momento atual é de mudanças de paradigmas, tendo em vista que cada paradigma constrói uma estrutura de relações em seu entorno. A sociedade contemporânea se sustenta através de uma cultura altamente marcada por uma visão antropocêntrica. Para que isso se altere, é necessário fortalecer novos paradigmas baseados na cooperação (Oliveira; Brasil, 2020, p.119).

Essa mudança paradigmática requer o repensar do ambiente urbano, por exemplo, uma vez que, de acordo com Andrade e Pinto (2017, p.38), “o crescimento das cidades e a expansão econômica das áreas rurais proporcionaram uma destruição progressiva dos espaços naturais”. Tal destruição, tantas vezes observada, passa a ser a única paisagem conhecida.

Associado a esse modo distópico de repensar o espaço, urbano e rural ocupado e as formas de sobreviver nesses ambientes, sob a avalanche de dispositivos tecnológicos digitais, virtuais e físicos, existe a própria imagem do animal humano diante de monstros espelhados em telas portáteis que criou, alimentou e ajuda a propagar, de forma gratuita e irrefletida.

Nesse aspecto,

> A tecnologia moderna adquiriu vida própria; o próprio processo de mudança parece às vezes ter escapado de nossas mãos, de modo que nossas sociedades industriais não mais refletem as verdadeiras necessidades de seus habitantes (Ittelson et al., 2005, p. 2).

Figura 5 - Monocultivo da cana-de-açúcar no interior de Sergipe.

Fonte: autor, 2024.

E se a tecnologia passa a ser espaço a ser ocupado e degradado por meio de ideologias e violências morais e psicológicas, restam questionamentos sobre a própria natureza do animal humano. Ainda assim, resistente à objetificação da vida e da paisagem, tentando resgatar, ainda que de forma inconsciente do próprio ato, parte dos animais humanos buscam lembrar a todos da natureza íntima do indivíduo enquanto integrante de uma comunidade e de um contexto social,

ambiental e psicológico maior e mais intenso que o utilitarismo que criamos e do qual somos, também, vítimas.

Figura 6 - Pichação no bairro Rosa Elze, em São Cristóvão-SE

Fonte: autor, 2024.

Assim, a ocupação do espaço físico, a colonização dos espaços físico e virtual, a perpetuação da objetificação dos outros animais humanos e não humanos são elementos de debate e objeto de estudo do que se conhece por psicologia ambiental.

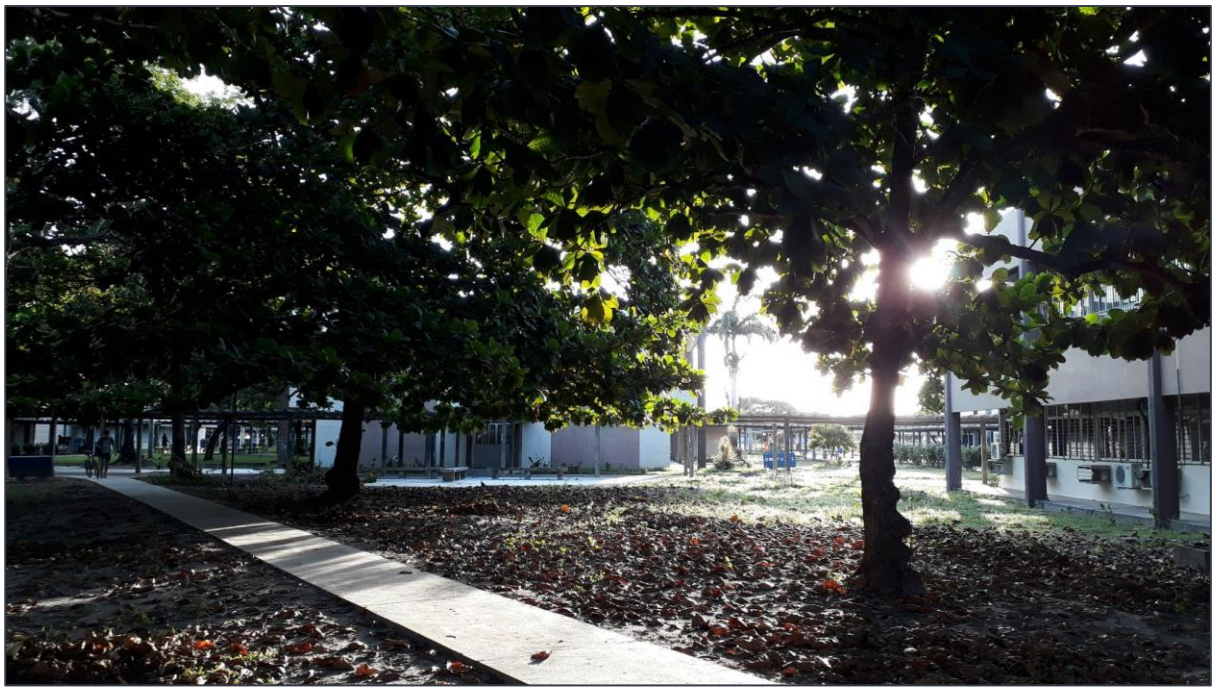
Embora seja uma área do conhecimento que ainda não possui um histórico longo de estudo e de definições consolidadas, como apontado por Ittelson et al. (2005), a interdisciplinaridade que apoia a psicologia ambiental busca relacionar o animal humano com o espaço físico ocupado e o espaço psicológico do indivíduo (Massola e Svartman, 2018) e fornece, por consequência, o suporte para a busca da compreensão da relação animal humano - meio ambiente em um contexto futurístico, próximo ou longínquo, capaz de alterar a manifestação negativa dessa interação, como foi tratado até aqui.

1.2. PSICOLOGIA AMBIENTAL E ACADEMIA

Contudo, ainda que a psicologia ambiental, como colocado por Ittelson et al. (2005), ainda esteja trilhando o seu espaço na academia e na mídia, seu papel para entender os espaços físicos e psicológicos dos animais humanos e das suas comunidades, nos mais diferentes contextos, é uma ferramenta que deve ser utilizada para entender a dinâmica entre estes e a paisagem. Por essa razão, ao buscar compreender as modificações da paisagem local por meio de pesquisas científicas nas mais diferentes áreas do conhecimento propõe-se, direta ou indiretamente, considerar a dinâmica socioambiental que determina, em diferentes graus, como a ação humana sobre a paisagem impacta na própria existência e na rotina cotidiana de animais não humanos domésticos e silvestres.

No entanto, a barreira imposta, muitas vezes de forma contundente, e que se disfarça de “relevância” científica, é a de que o estudo socioambiental local não possui importância científica suficiente para demandar recursos materiais, financeiros e humanos que justifiquem tal investimento local. Decorre disso, como uma consequência imediata, um apagamento dos problemas socioambientais local que impede a criticidade sobre o modelo de desenvolvimento imposto na localidade, independente de qual seja, e que se reflete na qualidade de vida dos animais, humanos e não humanos, e na sustentabilidade local, que compõe e é composta pelo panorama socioambiental e político global.

Figura 7 - Vista de parte do interior da Universidade Federal de Sergipe



Fonte: autor, 2019.

Nesse cenário, o que é relevante cientificamente? E a quem interessa, quando se trata das particularidades das mais diferentes localidades brasileiras, que existam apagões científicos e de dados sobre determinadas localidades?

Nessa linha de questionamento, Lima, Sousa e Teixeira (2024a) verificaram, por exemplo, que a organização política da região formada pelos municípios sergipanos de Laranjeiras, Japaratuba, Maruim, Capela e Siriri sofrem com imprecisão e indisponibilidade deliberada de dados sobre “desastres” socionaturais que acarreta em prejuízos materiais e imateriais para os animais humanos marginalizados - um fato que se agrava quando são trabalhadores dos canaviais residentes em áreas rurais.

A psicologia, incluindo sua vertente ambiental, pode ajudar a explicar as modificações substanciais ocorridas no território sergipano entre os anos de 2001 e 2022 e como a redução de corpos hídricos e de áreas verdes, conforme observado por Lima et al. (2024), pode impactar na qualidade de vida e na sustentabilidade das comunidades mais vulneráveis no presente e no futuro próximo. Essa projeção para o futuro sobre a ocupação do espaço físico, retroagindo para um passado recente,

revela ainda uma relação preocupante observada por Lima, Sousa e Teixeira (2024b) quando relatam que a população sergipana, entre os anos de 1991 e 2020, não teve melhoria na qualidade de vida e na relação com o meio ambiente.

É, portanto, na extrapolação dos fatos evidenciados pelos dados discutidos e pela investigação local dos acontecimentos, à luz da dinâmica relacional dos espaços físico e psicológico com o meio ambiente, que a psicologia ambiental pode ser aplicada na pesquisa acadêmica e cujo resultado pode ser usado para explicar as modificações ocorridas na paisagem e nos animais humanos que, de outra forma, não poderia ser explicado. Além disso, ajuda a entender os motivos implícitos que levam o interesse de determinados grupos, inclusive científicos e acadêmicos, a não quererem estudar certas áreas modificadas pelo homem e por seus processos produtivos.

Ainda assim, ao tentar estudar o animal humano e suas relações com seus pares, com os animais não humanos e com a paisagem, nos ambientes físico e psicológico, há resistências na academia que buscam direcionar a pesquisa acadêmica para o lugar confortável em que o animal humano é justificado em suas ações e um terceiro agente é o responsável pelas consequências que são sentidas, seja uma natureza abiótica “senciente”, seja o animal humano marginalizado contextualizado para sentir culpa por sua existência. Essas mesmas resistências podem se desfazer ao encontrar na psicologia ambiental caminhos para explicações e reflexões, como serão observadas na pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. M. de; PINTO, R. L. Estímulos naturais e a saúde humana: A hipótese da biofilia em debate. **Polêm! ca**, v. 17, n. 4, p. 030-043, 2017.

ITTELSON, W. H. et al. Homem ambiental. **Série: Textos de psicologia ambiental**, v. 14, p. 1-9, 2005.

LIMA, R. R. F. **A compreensão da multidimensionalidade da pobreza como ferramenta para a redução de desigualdades sociais**. *In:* BARBOSA JUNIOR, S. J.; MULLER, L.; TYBUSCH, J. S.; FOLMER, I. Direitos Humanos e Agenda 2030: reflexões sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. 1. ed. Santa Maria: Arco Editores, 2023b.

LIMA, R. R. F.; SOUSA, I. F. de; TEIXEIRA, A. H. de C. **Águas Sergipe: Contextos hídricos**. 1 ed. Belo Horizonte: Poisson, 2024a.

LIMA, R. R. F. **A insustentabilidade da relação socioambiental entre os animais humanos e não humanos**. *In:* MACHADO, G. E.; FOLMER, I. Debates Contemporâneos: temas interdisciplinares. 9. ed. Santa Maria: Arco Editores, 2023a.

LIMA, R. R. F.; SOUSA, I. F.; TEIXEIRA, A. H. de C.; VILLWOCK, A. P. S. Socio-Environmental Overview of The Main Sugarcane Producing Municipalities in Sergipe Between the Years of 2001 and 2022. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 3, p. e04787, 2024a.

LIMA, R. R. F. de; SOUSA, I. F.; TEIXEIRA, A. H. de C. Socio-Environmental Diagnosis of The State of Sergipe Between 1991 and 2020. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 3, p. e05074, 2024b.

MASSOLA, G. M.; SVARTMAN, B. P. Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 23, n. 3, p. 293-305, 2018.

OLIVEIRA, I. P.; BRASIL, D. do S. B. Psicologia ambiental e problemas ambientais: uma revisão de literatura. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 108-122, 2020.

STEG, L. Psychology of climate change. **Annual Review of Psychology**, v. 74, p. 391-421, 2023.

TIDBALL, Keith G. Urgent biophilia: human-nature interactions and biological attractions in disaster resilience. **Ecology and Society**, v. 17, n. 2, 2012.

CAPÍTULO

02 A persistência do processo colonizador

O processo de colonização do continente americano é, sem justificativas, de uma violência desmedida no espaço, no tempo e na cultura. Tão forte e persistente que ainda se percebe a cultura e a religião do colonizador ditando o cotidiano dos americanos. Repensar, revisitar e reanalisar tal processo é fundamental para um futuro decolonial, embora ainda seja uma árdua tarefa.

Quando se percebe que a decolonialidade falha ao manter católicos em seu processo; em manter indivíduos de pele branca nos espaços de debate sobre o negro (preto e pardo) e sobre os povos originários; em relativizar a negritude do pardo, como se observa em universidades, apenas porque é fruto do processo de embranquecimento compulsório; em querer ser decolonial usando métodos coloniais é que se nota o quão infrutífero tem sido o processo de discernir o Outro, como expôs Dussel (1993).

Trinta anos depois da publicação de 1492 - o encobrimento do outro ainda se percebe que os colonizados são cooptados a defender a causa do colonizador europeu, mesmo diante das provas irrefutáveis de sua presença nefasta. O mito da modernidade, como Dussel (1993) discorre, fez vítimas ainda por nascer quando se percebe que crianças são compulsoriamente batizadas no catolicismo e que este, fracassando como ato de fé e como instrumento primaz do colonizador, cria as seitas e as facções pentecostais e neopentecostais que perpetuam a escravização dos colonizados e aprimoram as ferramentas de supressão das tradições e da cultura desses povos já oprimidos em nome de falsos deuses e de falsas ritualísticas.

Por isso, em virtude das consequências da ação cultural e religiosa do colonizador sobre o americano contemporâneo, é importante compreender que a violência imposta ao nativos americanos, agora reconhecidos como povos originários, são descendentes de povos cujas culturas determinaram o nascer e o

desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade ainda que, assim como a religião colonizadora (catolicismo/cristianismo), o colonizador europeu tenha compilado e usurpado para seu uso exclusivo e creditício autoral, levando ao esquecimento não apenas aqueles a quem dominavam como também aqueles que, de certo modo e por determinado tempo, dependiam.

Sobre isso, Rocha e Melho (2024, p. 49) aduzem que

> [...] a hegemonia europeia também se deu através do domínio da subjetividade, operacionalizada pela “racionalidade eurocêntrica”, que trata o subjetivo como conhecimento, cultura e ciência dos povos dominados. O apagamento social como método de repressão às experiências, à produção de saber e à manifestação cultural, engendrou a técnica colonial de dominação dos territórios, visando a homogeneização do conhecimento produzido nessas terras, guiada pelo saber científico europeu.

Dussel (1993) expõe que o conhecimento europeu e o poder político e econômico desse “continente” não eram expressivos e a usurpação de corpos e do saber foi uma ferramenta para os europeus assumirem o protagonismo global por meio de violências e convivências que vitimaram centenas de milhares de indivíduos no continente americano, este sim um continente. A dominação do corpo, enquanto a dominação cultural e religiosa ocorria sobre os nativos americanos, era vista de forma diferenciada entre povos originários e povos importados, ainda que ambos fossem escravizados. Acerca desse posicionamento, Albuquerque (2024, p.5) enfatiza que era

> [...] consensual era o posicionamento acerca dos advindos de África, tangente a relação de despersonalização destes sujeitos ao submetê-los a escravização. O papel dos africanos e seus descendentes quer na América Portuguesa, ou mesmo na época em que o Brasil foi sede do Reino Português foi sempre vinculado a justificativa de barbárie e incultura dos povos de África.

Vê-se, assim, que a justificativas para a implementação e manutenção de atos violentos a partir da concepção de brutalidade e bestialidade dos povos colonizados (Dussel, 1993) foram amplamente reproduzidas de forma a manter o *status quo* de estados periféricos inexpressivos e que se tornaram estados colonizadores, escravocratas e violentos (Dussel, 1993). Esse movimento colonizador, no Brasil, provocou imensos reflexos negativos que ultrapassaram o tempo.

Rosa (2024) lembra o apagamento da região Nordeste, apesar de ter sido protagonista da colonização por meio do ciclo cana-de-açúcar e nos faz imaginar, em dimensões microscópicas, o mesmo processo que outrora sofreu toda a América em favor do crescimento econômico. Para esse autor, no Brasil do século XX,

> Haverá então um estilo de vida que prioriza o ser humano em locais urbanos em detrimento da vida no campo, que tirava a sua riqueza da agricultura, pecuária e extrativismo, todavia, um dos problemas dessa industrialização foi a sua concentração na região Sudeste do Brasil, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, isso mobilizou a migração de uma grande quantidade de trabalhadores, principalmente do Nordeste, que fugiam principalmente do esquecimento da região, que gerava problemas com a seca, o difícil acesso ao estudo, à qualificação e do trabalho em propriedades de latifundiários conhecidos como coronéis (Rosa, 2024, p. 111).

Sobre esse mesmo período da história brasileira, Silva e Craveira (2024, p.7) destacam que

> A rápida urbanização do século XX trouxe consigo uma série de desafios complexos, moldando o cenário das cidades de forma profunda e multifacetada. Entre esses desafios, destaca-se a segregação espacial das classes sociais, um fenômeno que se consolidou ao longo do tempo. Nas cidades, arbitrariedades e interesses diversos delinearam bairros e

> áreas distintas, criando um cenário de desigualdade cada vez mais acentuada. A valorização do solo urbano, por sua vez, exerceu um papel crucial nesse processo. À medida que o solo se tornava um ativo altamente cobiçado, a população pobre foi empurrada para a marginalização, para as áreas periféricas, onde a infraestrutura, os serviços públicos e as oportunidades eram escassos.

Esse mesmo pobre citado por Silva e Craveira (2024) é a representação atualizada do indivíduo tido como bestial, desprovido de alma e de razão e visto como simples ferramenta laboral pelas nações colonizadoras. Hoje, periféricos e desprovidos de sua própria identidade originária (recente e longínqua), é vítima de outros tipos de violências, mas ainda nos domínios e nas regras de violência ditadas pelos colonizadores. Para Rosa e Melo (2024, p. e.76718),

> [...] no Brasil de 2018 a 2022, os posicionamentos racistas, homofóbicos e misóginos se intensificaram, e pessoas do meio artístico passaram a ser mais atacadas em contexto on-line. Circularam nas mídias sociais postagens agressivas que incentivavam ainda mais as opressões citadas anteriormente e suas práticas para uma parcela significativa da população.

Ainda para Rosa e Melo (2024, p. e.76718), “o contexto em que vivemos fomenta o ódio aos corpos de pessoas negras de forma geral, e em particular de mulheres, imigrantes, nordestinos, indígenas, quilombolas”. Esses contextos citados pelas autoras não é apenas deste momento do tempo, mas um reflexo histórico e reforçado por aqueles que não aceitam as tentativas de libertação do povo colonizado e escravizado.

Figura 8 - retrato do “desenvolvimento” em área rural no interior de Alagoas.

Fonte: autor, 2017.

Forma de libertação, dessa maneira, é a evidenciação, isto é, o não apagamento ou o resgate desse pobre, desse povo, e das violências e suas consequências sofridas ao longo da história de forma a modificar a realidade atual e pavimentar o futuro. É por isso que é importante tratar sobre localidades ainda não estudadas, como o interior de Sergipe, em que a população majoritariamente negra ainda é vassalada pelo colonizador por meio do catolicismo e do não estudo dos problemas socioambientais correntes. Tratar de tais problemas é fundamental para o futuro climaticamente justo que é proposto atualmente.

Além disso, o estudo socioambiental do Brasil e dos seus interiores, como se propõe, acarreta na evidenciação de que o lugar de origem dos retirantes nordestinos é passível, e passa, por modificações substanciais à medida que o próprio nordestino, seja residente ou não em tal área, debruça-se sobre os problemas locais. É, também, de forma indireta, uma reparação que se inicia e que tenta recuperar tecidos violentados, como discutido por Dussel (1993).

REFERÊNCIAS

SILVA, F. B. A. da; CRAVEIRA, K. de O. A formação socioespacial brasileira e as frentes pioneiras: observações sobre o sul do Amazonas. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 8, n. 2, p. 01-15, 2024.

ALBUQUERQUE, D. M. M. de. Da América portuguesa a Era Vargas: a análise sócio-histórica da “construção” do estado laico no Brasil. **Revista Diálogos: Economia e Sociedade (ISSN: 2594-4320)**, v. 8, n. 01, p. 18-18, 2024.

ROSA, B. E. dos S. Relato histórico do trabalhador nordestino no século xx: análise da letra da canção cidadão do compositor Lúcio Barbosa. **Lampiar**, v. 3, n. 1, 2024.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1993.

ROCHA, P. T. P.; MELO, L. M. O. de. Colonialidade do poder: uma análise sobre o conceito difundido por aníbal quijano e as violações de direitos de povos e comunidades tradicionais na América Latina [resenha]. **Lampiar**, v. 3, n. 1, 2024.

ROSA, B. O.; MELO, G. C. V. de. Discursos de ódio: ser mulher negra nordestina residente no Rio de Janeiro. **Signótica**, v. 36, n. 1, p. 1, 2024.

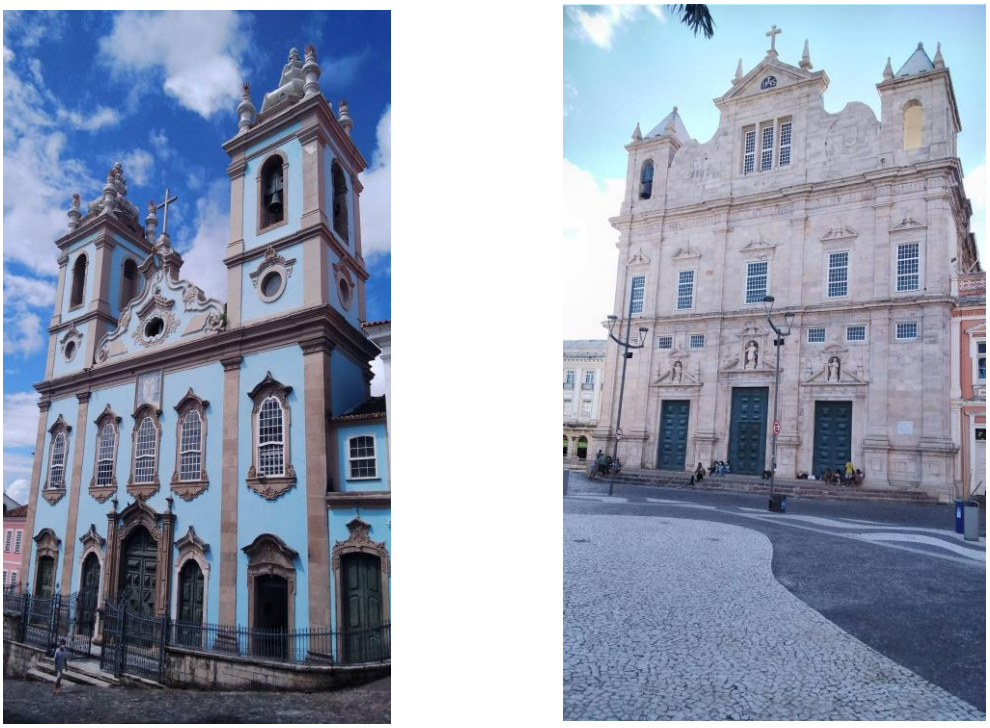
SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. In: **Epistemologias do sul**. 2010. p. 637-637.

SILVA, D. S; LEAL E. V. N; PINTO, L. D. A; SILVA, R. O; MATOS, S. M; A Crise da Ciência Moderna e a Crítica de Boaventura. In: SANTOS, A. C.; MATOS, S. M. S. (Orgs.). **Percursos da investigação científica**. São Paulo: República do Livro/Discurso Editorial, 2021. p. 174-192.

2.1. O “DESENVOLVIMENTO” ENTRE A CRENÇA E A DECOLONIALIDADE

O processo de colonização implica na ampliação das fronteiras do poder social, econômico e político dos colonizadores, que inserem na cultura dos povos dominados elementos capazes não apenas de apagar sua identidade como também de redefinir o pensamento e o ser desses povos. Tal processo, conforme descrito por Barros II e Monte, (2020) é tão forte que o “desenvolvimento” desses povos escravizados multidimensionalmente, cujo evento perdura até a atualidade sob novas roupagens, que não há como, de forma efetiva, livrar-se das ações de tais colonizadores sem um longo processo de ressignificação de elementos e símbolos sociais. Isso pode ser ilustrado pela manutenção da cultura religiosa do colonizador que infundiu nos povos colonizados seus dogmas e ritualísticas obrigando-os a abandonarem suas crenças e a aceitarem novos deuses com o objetivo de manter a dominação social, emocional e psicológica muito depois que as barreiras físicas foram, superficialmente, ressignificadas.

Figura 9 - Igrejas Católicas históricas, Pelourinho, Salvador-BA.



Fonte: autor, 2024.

Disso se depreende que a manutenção do cristianismo pelos povos colonizados, que ainda acreditam que tal movimento é apenas religioso, é não apenas danoso a esses povos como também continua servindo de base ideológica para a manutenção do poder dos colonizadores. Afinal, se o povo colonizado abandona a doutrina do cristianismo há, por consequência, o abandono de costumes e da subserviência ao colonizador, tendo em vista que o cristianismo nada mais é que uma eficiente ferramenta de dominação e alienação utilizada no processo histórico de dominação.

Nesse aspecto, há a colonialidade do saber que, conforme discorrido por Barros II e Monte (2020), é a base para a legitimação da dominação dos colonizadores sobre os povos colonizados - dizimados em suas dimensões existenciais -, de forma a manter não apenas a dominação regional como também a tentativa de apagamento e dominação de todo o globo. Ainda para Barros II e Monte (2020, p. 243), “a colonialidade do saber é fruto da modernidade e legitimou o eurocentrismo, situando o saber científico ocidental como superior a todas as outras formas de saber.

Tem-se, dessa forma, que as ciências, baseadas no conhecimento do colonizador, influenciadas pela religião do colonizador (cristianismo), orquestrada de forma a beneficiar o colonizador, são formas de dominação virtuais mantidas para a manutenção do poder do colonizador e que se faz presente na pseudo resistividade da academia colonizada, quando esta não abandona de todo os aspectos culturais do colonizador como ora retratado, e se manifesta fisicamente na modificação da paisagem das zonas rural e urbana.

Figura 10 - Representação da fé do colonizador em Rainha Isabel, interior de Pernambuco.

Fonte: autor, 2018.

Essa modificação da paisagem, fruto dessa dominação social e científica, possui, como discutido por Barros II e Monte (2020), justificativas plausíveis como a garantia da alimentação e o desenvolvimento dos territórios. Entretanto, o benefício se faz apenas para o dominador e nunca para o dominado, que se encontra sempre sob o vaticínio da má fortuna, do racismo ambiental, da subalternidade e da falta de representação de si. Esse quadro geral demonstra a necessidade de rompimento, como exemplificado pela necessidade de descontinuidade da manutenção do exercício da religião do colonizador, dos aspectos desse injusto domínio e da ressignificação do que se entende por “desenvolvimento”, amplo conceito que engloba as multidimensões do colonialismo e da subalternidade dos povos oprimidos. Holanda (2023, p. 71) destaca que

> O desenvolvimentismo se fundamenta na ideia de que, sem romper com a matriz colonial de poder, sem romper com a dependência e a superexploração dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos, os países empobrecidos podem, seguindo a orientação das nações do

> centro, sair da sua condição de periferia, tornando-se países desenvolvidos, de primeiro mundo. Não é por acaso que quem controla, define, estabelece índices e metas de crescimento, indicadores e processos de avaliação de crescimentos e modelos de políticas de desenvolvimento são técnicos, especialistas e pesquisadores a serviço de governos, empresas, bancos, agências de classificação de risco, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, ou seja, de instituições que estão a serviço ou compõem o sistema financeiro do padrão mundial de poder.

Diante do fato do poder inconteste do colonizador e considerando essa superestrutura de manutenção do poder historicamente estabelecido, a ideia de descolonizar os povos subalternizados e oprimidos, destituídos do seu poder de escolha e dos seus caracteres sociais, políticos, econômicos e ambientais, é ainda um elemento de dúbia ação na Academia e inexistente eficácia fora dela. Nesse contexto, o “desenvolvimento”, expressão personificadora do poder colonizador, é uma porta entreaberta para a decolonialidade das sociedades mortas, cuja existência tem se reduzido a força de trabalho e mercado consumidor, elementos essenciais para a manutenção da acumulação de capital do colonizador. Holanda (2023, p.72) ressalta que

> Decolonizar a ideia de desenvolvimento significa se situar no horizonte de enunciação do pensamento de fronteira e realizar o giro decolonial enquanto ruptura com os modelos econômicos eurocentrados e a promoção da produção de formas diferentes de garantia das condições de existências humanas outras. Trata-se, pois, de criar condições para que as diferentes nações do planeta e seus diferentes povos possam realizar a autogestão do domínio das cinco estruturas básicas da existência social: a natureza (daí a importância do direito

> da natureza); o trabalho, seus recursos e seus produtos por meio de vários modelos de organização da economia; a autoridade pública (poder coletivo ou, como no dizer do princípio democrático dos zapatista, mandar obedecendo); a diversidade sexual e o fim do patriarcado; uma ecologia dos saberes produtora de novas subjetividades/intersubjetividades

Descolonizar, isto é, romper com a ideia estabelecida sobre desenvolvimento e restabelecer ao povo colonizado a sua autonomia sobre as suas formas de consumo e apropriação do meio ambiente, valorizando a sua identidade não é um mero exercício de escolha porque

> [...] toda virada decolonial é inerente uma ação de desobediência política e epistêmica. Uma desobediência política ou civil (não racista, não homofóbica, não epistemicídia, não ecocídia, não semiocídia e não patriarcal) desvinculada de uma desobediência epistêmica continuará presa aos paradigmas determinados pela teoria política e econômica do eurocentrismo moderno(Holanda, 2023, p. 77).

Essa desobediência encontra resistência efetiva até mesmo entre aqueles que se dizem decoloniais ou em decolonização sempre que os aspectos da vida adotados/forçados pelo colonizador e impingidos ao colonizado estão em debate, como a religião e a organização social. Por desídia ou incúria, os povos colonizados, crendo-se detentores de si, resistem ao processo de decolonização efetiva e real. Por isso,

> Na era da globalização, em que a colonialidade do poder é a base real das relações de dominação, exploração e conflito, o desenvolvimento econômico, a cidadania e a democracia não podem ser reais e radicais, pois só podem existir de formas precarizadas no modelo eurocentrado de Estado-Nação. Assim, a decolonialidade do poder, do ser e do saber é um fundamento necessário para uma revolução profunda, o que não significa que seja o único meio para isso (Holanda, 2023, p. 81).

É, sob esse contexto globalizado, ainda fortemente dominador sobre os povos historicamente colonizados que deve haver posicionamentos eficazes e baseados na realidade dos povos colonizados, na tentativa de levar à compreensão os processos insidiosos e persistentes do colonizador sobre as tentativas tímidas dos povos colonizados de promover a decolonialidade e alcançar a autonomia que lhes foi tirada por força e selvageria daqueles se arvoram sob a alcunha de civilizados.

2.2. O “DESENVOLVIMENTO” ENTRE O CONTROLE SOCIAL DO TRABALHO E A ACADEMIA

O “desenvolvimento”, um conceito ideológico cunhado para estabelecer, manter e perpetuar a dominação das nações colonizadoras sobre os povos colonizados utilizando a religião e a estrutura social, econômica e política (Barros II; Monte, 2020), carrega a extrema necessidade de manter estratificações sociais para alcançar os seus objetivos.

Figura 11 - Conjunto Rosa Maria, Rosa Elze, São Cristóvão-SE

Fonte: autor, 2021.

A fome, a pobreza, a violência física, a falta de condições estruturais básicas de sobrevivência - como casas seguras e saneamento básico -, a falta de educação de qualidade e de instrumentos educativos eficientes são características do que se pode vivenciar o “desenvolvimento” na prática e cotidianamente. Não é interessante que exista uma população colonizada bem nutrida, com segurança física, jurídica, econômica e política porque, uma vez que isso aconteça, o próprio

“desenvolvimento” deixa de ser economicamente interessante aos interesses dos colonizadores.

Um povo faminto troca sua vida e sua saúde por uma baixíssima remuneração, sem contestações. Esse mesmo povo, faminto e cansado, entrega-se à desordem violenta dos proprietários do poder e são, ao mesmo tempo, vítimas e agentes da manutenção da violência cometida pelo Estado elitizado e frequentemente representado pela força policial e por uma justiça seletiva. Violentado, faminto, empobrecido, esse povo ocupa o lugar que lhe foi designado como ferramenta descartável do sistema de produção cuja única utilidade é manter o *status quo* da histórica superexploração conceituada pelo “desenvolvimento”, agora travestido por uma variante da sustentabilidade, ainda que sob a alcunha de “desenvolvimento sustentável.

> [...] o conceito de desenvolvimento nunca será, nem poderá ser definido de maneira a agradar a todos, haja vista que trata-se de um construto social com forte conteúdo ideológico e político, cujos valores e crenças são relativos a um determinado tempo e lugar(Santos et al., 2012, p. 58).

Esse entendimento é exemplificado de forma muito didática no processo de exploração, violências e exclusão do povo escravizado e explorado em *Desigualdade social no Brasil: da origem aos dias atuais*. As favelas são os depósitos de pobres, mão de obra barata, que serve, ao mesmo tempo, para ilustrar ao colonizador e aos detentores do verdadeiro poder a manifestação física da sua histórica ação no tempo e no espaço na construção da sociedade, especialmente a brasileira.

Ao superexplorado, como mecanismo de fuga, dá-se a ilusão de que pode obter os mesmos bens materiais e imateriais que os ricos quando, na verdade, sedado por redes sociais e programas televisivos, aumentam-lhe a carga de trabalho, a exposição a agentes deletérios à sua saúde no ambiente de trabalho e fora dele, reduzem-lhe sua área de vivência e sucateiam-lhe os meios de obter educação, segurança física e segurança alimentar.

Figura 12 - Trabalhador urbano em posto de combustível em Aracaju-SE

Fonte: autor, 2021.

O desenvolvimento, eurocêntrico e excludente (Holanda, 2023), possui mecanismos eficientes de dominação social do ser, do fazer e do saber que impede que esse superexplorado tenha consciência do seu papel na estrutura social e produtiva em que está inserido. É por essa razão que o superexplorado mantém, defende e alimenta a religião do colonizador (cristianismo) e ofende-se não apenas com as demais, mas com a mera menção de seu papel manipulado dentre desse contexto religioso porque crê firmemente que sua religião é escolha. É ainda por esse mesmo motivo que o superexplorado cultua o mercado de trabalho e suas nuances machistas, feministas, homofóbicas, transfóbicas, exploradora, criticando aqueles que buscam outros meios para sobreviver que não seja a redução de si em números - do relógio, do salário e do tempo de vida.

Nesse mesmo cenário, é parte do sistema que enreda o superexplorado e o faz ser subserviente ao colonizador, que possui tantos defensores entre os povos colonizados, que vê-se, não sem surpresa e com tamanha defesa, as universidades

perseguirem os discentes que não se enquadram no modelo esperado pelo colonizador, excluindo pobres, não-héteros e não-católicos. Aliás, ser cidadão ou cidadã não cabe no “desenvolvimento” e nos planos do colonizador para os colonizados e nada mais exemplifica isso que o cotidiano de uma universidade pública brasileira, que esconde entre discursos e palavras vãs as facetas, nem sempre tão sutis, do império da superexploração e da colonização, ainda quem diferentes roupagens e discursos.

É esse cenário, debatido nos trabalhos acadêmicos (Barros II e Monte, 2020; Holanda, 2023), que se busca ressignificar o desenvolvimento e a própria sociedade colonizada, superexplorada e violentada. No entanto, diante das correntes intelectuais e virtuais criadas durante séculos e do projeto de manutenção do poder é árduo o trabalho e perigoso o caminho.

REFERÊNCIAS

BARROS II, J. R.; MONTE, L. Paisagens rurais - desenvolvimento e desenho a partir da decolonialidade. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, v. 5, n. 10, 239-256, 2020.

Canal Conteúdo Progressista. **Desigualdade social no Brasil: da origem aos dias atuais**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TC2FSe15i20. Acesso em: 25 abr. 2024.

HOLANDA**,** F. U. X. de. Decolonizar a Ideia de Desenvolvimento. **Revista Letra Magna – Instituto Federal de São Paulo.** v.19 n.33, p.68-81.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012.

CAPÍTULO

03 Brevíssima discussão sobre a modificação da paisagem pelo homem

As ações humanas sobre o espaço ocupado geram distúrbios inquestionáveis quanto ao impacto negativo sobre os ecossistemas. Embora seja preciso reduzir os conceitos, as ações, os interesses econômicos, sociais e políticos e as consequências em poucas linhas ou, até mesmo, em uma ideia exprimível em poucas palavras, não é sem complexidade que esses distúrbios ocorrem, dentro, próximo e distante dos aglomerados urbanos.

As ciências, diante de tão incontestes resultados da antropização ocorrida nos últimos séculos, ainda que sob a força de interesses obscuros, é capaz de retratar e buscar meios capazes de conter o avanço desmedido do modelo de produção vigente e do negacionismo sórdido que vitimiza todos os seres vivos e distribui, desigualmente, os benefícios, aparentes, desse modelo produtivo.

A colonização, a extinção do ser, a modificação cultural e paisagística são exemplos de modificações sentidas e observadas nos países que foram colonizados e que se mantém sob o domínio político e econômico das suas antigas metrópoles. A colonização, física e abstrata, é parte do processo de antropização que faz do animal humano vítima de sua própria espécie. E tratar de tais temas requer a ousadia da não aceitação acadêmica e o degredo dos capitalistas mais ferrenhos. A outra opção é, sem dúvida, aceitar o prosseguimento da marcha humana em direção ao precipício que finda a vida de todos os seres vivos.

Assim, é preciso entender a paisagem, o animal humano, o animal não humano dotado de direitos e de senciência e a própria marcha humana que acarreta em modificações (ir)reversíveis e prejudiciais à vida. Nesse sentido, é o debate sobre o comportamento humano, objeto da psicologia ambiental, e as pegadas históricas da marcha humana sobre a terra, escopo da arqueologia ambiental, que provoca o

ser humano mais desatento no caminho entre suas tarefas cotidianas e o descanso de um dia que parece jamais ter fim em suas notícias avassaladoras.

Esse é parte da tal discutida interdisciplinaridade que resiste em ser inclusiva, sem receios ou ressentimentos, e que impõe, por isso, mais perguntas que respostas no debate sobre o “desenvolvimento”, o meio ambiente e a relação entre os animais humanos e não humanos e a ocupação da paisagem.

3.1. A PAISAGEM MODIFICADA

A modificação da paisagem pela atividade humana é tida, frequentemente, como algo exterior à existência humana e alheia a uma dinâmica própria de existência, mantida por um caos atuante e agente da manutenção das estruturas físicas e elementares da paisagem e da relação íntima entre os animais humanos e não humanos e entre estes e os elementos abióticos.

Figura 13 - modificação da paisagem para construção de novo bairro em Palmeira dos Índios - AL

Fonte: autor, 2019.

A simplicidade da ideia de que o animal humano está distante das modificações que provoca na paisagem, adaptando as consequências dessa modificação à sua estrutura social e à previsibilidade do impacto dessas consequências sobre a tal estrutura, física e abstrata, não o isenta das suas responsabilidades no longo e no curto prazo e não o torna distante, como se propõe, da paisagem e das suas relações bióticas e abióticas com os demais seres vivos.

O entendimento de que há uma integração indissociável entre o animal humano e os demais seres vivos, por meio e através dos elementos constitutivos da paisagem, vai além do método científico positivista e exige novas e contínuas adequações científicas, culturais, sociais, políticas e econômicas de maneira a se ter uma visão e uma compreensão abrangente da problemática humano-ambiental.

É nessa perspectiva que essa integração indissociável, ainda que não completamente percebida pelo animal humano, em geral, ocupado com a tentativa infrutífera de acumulação de capital, que se percebe as complexidades abstratas endógenas à sociedade humanamente animalesca e entre esta e suas consequências. Assim, não apenas a paisagem, em um lapso temporal do presente, deve ser analisada, mas também o conjunto de modificações ao longo do tempo que a dinâmica da estrutura social dos animais humanos provocam.

Essa contextualização física-temporal, da qual a arqueologia ambiental tem se dedicado, precisa ser pensada e repensada a partir de modelos que sejam suficientes e necessários para o entendimento da relação indissociável entre todos os seres bióticos no cenário paisagístico e, principalmente, dos animais humanos em suas localidades de ocupação para abrigo e para exploração dos recursos naturais destinados à sua subsistência e à dominação intra e extra espécie. Nesse aspecto, a abordagem não linear da dinâmica que relaciona o animal humano, no seu aspecto social - e que provoca, por si só, grandes modificações na estrutura organizacional da sociedade e na forma de consumo, ocupação espacial e uso do tempo -, representa uma forma interessante de representar e explicar os fenômenos sócio-naturais a que os seres humanos são e estão sujeitos, simultaneamente.

Figura 14 - Praça do mercado público municipal de Aracaju-SE.

Fonte: autor, 2021.

Figura 15 - Área de lazer de crianças e adolescentes, Morada do Ouro, Cuiabá-MT

Fonte: autor, 2024.

Trata-se, portanto, de uma ressignificação, concreta e abstrata, suportada pela arqueologia ambiental, do posicionamento do animal humano dentro da paisagem de forma que se reconheça a si e às suas consequências dos seus atos históricos, nos campos físico e abstratos, no período que se conhece e se vivencia como antropoceno.

3.2. AMEAÇAS ANTROPOCÊNTRICAS

No bojo do “desenvolvimento”, a antropização da paisagem segue sem rumo com poucos questionamentos, seja na vida dos animais, humanos e não humanos, seja na própria dinâmica da ocupação e exploração do meio ambiente. Desse modo, diante das diversas formas de antropocentrismo, é preciso resgatar questionamentos e provocar a reflexão sobre como ocorre tal processo no cotidiano.

Os textos que se seguem foram publicados originalmente em veículo de imprensa brasileiro, de autoria de Rafael Rodrigo Ferreira de Lima, aqui compilados na íntegra com o objetivo de salvaguardar a reflexão sobre a dinâmica socioambiental da ferocidade dos algoritmos, e revelam como a ação humana ainda precisa ser debatida nas mais diferentes formas com o ser humano que não tem tempo para pensar sobre si e sobre o espaço que ocupa em função dos reflexos do processo de colonização e da superexploração do modelo de trabalho vigente.

Figura 16 - Cotidiano do lixão de Serrinha - BA

Fonte: autor, 2022.

3.3. UMA NOTA SOBRE OS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS[1]

As crônicas urbanas brasileiras são uma repetição constante de desastres sociais, ambientais e políticos e, não raro, os problemas são persistentes porque, em uma análise superficial, nunca são eficientemente resolvidos e os motivos para tal ocorrência são: falta de interesse sociopolítico, egoísmo de classe e ignorância doentia.

E assim, cidades das mais diferentes regiões brasileiras apresentam cenários deprimentes em que a população, a maioria e, não sem surpresa, as parcelas pobres e trabalhadoras, arca com as consequências nefastas. E não se pode continuar

[1] O autor publicou esse texto publicado no portal de notícias Info Serrinha e Região em abril de 2023.

culpando os políticos em frases clichês. É preciso um pouco mais de ação e de reflexão, por mais dolorosa que possa ser ou parecer.

No outono do hemisfério sul, que coincide com o início do período do Sol na casa de Áries e no período pós-carnaval, é natural que se espere temperaturas um pouco mais baixas e chuvas que prenunciam o inverno que se aproxima. Tão natural quanto as previsões astrológicas desse período são as ruas sem calçamento que alagam e uma mistura de lama, lixo e frustração que passa a ser rotina de quem precisa ir ao trabalho a pé ou esperar um transporte, precário ou não; são as ruas alagadas que invadem casas, automóveis e a dignidade das pessoas que lutam tanto por um móvel ou um eletrodoméstico duramente adquirido sob a égide de uma taxa de juros escandalosa; são os resíduos urbanos que saem flutuando em simulações de rios rueiros que servem para o pobre, nunca para a pseudo rico.

Os jornais escolhem quais desastres ambientais e sociais são mais rentáveis - enchentes na região amazônicas são desconsideradas, secas na região nordeste não são novidades a menos que sirvam para a apropriação de terras e mão de obra barata e falta de alimentos saudáveis para as mais diversas comunidades não são interessantes aos donos do capital. Assim, todos os dias, independente de quais sejam as manchetes, uma miríade de indivíduos cumpre o roteiro pré-determinado sem se dar conta que possuem o poder de modificar a própria rua, de forma significativa, de forma individual e coletivamente.

O meio ambiente, também, é a rua, a cidade, a escola, a praça. Ele é a qualidade de vida no meio urbano e não pode mais ser desprezado como se apenas as distantes geleiras fossem significativas. O hoje exige que tenhamos a responsabilidade não apenas sobre o voto depositado nas urnas ou no papel passivo da reclamação da rua alagada e da péssima gestão dos recursos naturais que se costuma ouvir em programas de radiodifusão.

O meio ambiente é você. E há pressa em que tenhamos a dignidade de ter qualidade de vida, um lugar seguro para refúgio e a longevidade saudável que classes mais abastadas sempre possuíram. Por que esperar mais para mudar?

3.4. AS SIGNIFICATIVAS VIDAS DA SARJETA[2]

As chuvas outonais prenunciam o inverno que se aproxima. Alheios, por escolha e sacra ação algorítmica, aos desastres provocados por enchentes em diversos pontos do país, seguimos pensando nas tão esperadas atrações juninas. E depois de uma pandemia, nada de anormal na busca pela rotina de divertimentos.

E é justamente por ter passado por uma pandemia com consequências diversas na política, na vida social e na economia que não se pode continuar mantendo velhos hábitos danosos ou fingindo não ver mazelas terríveis e históricas que se perpetuam livremente, sem qualquer ato de redenção.

Uma dessas mazelas é o abandono e os maus-tratos de animais domesticados que se espalham por todas as cidades e são tratados como uma praga urbana. São tratados assim, mas não o são.

Ao caminhar pela Praça Morena Bela ou ir comer na Praça Luiz Nogueira é possível observar os animais que estão na rua passando frio, fome, calor, maus tratos diversos e somente pouquíssimos indivíduos se importam suficientemente com essas criaturas para tratá-las com o mínimo de decência.

Esses animais são o fruto de uma consciência deturpada de uma sociedade que ignora completamente o próprio bem-estar e a responsabilidade sobre aqueles dependentes. Se existem animais na rua significa que um ser humano o abandonou ou deixou de vê-lo como um ser que possui necessidades urgentes como alimentação, proteção, abrigo e cuidados emocionais. E se um ser humano trata a vida animal como um objeto descartável não se pode esperar que a humanidade tenha qualidade de vida e uma vida equilibrada, haja vista os maus hábitos com esses seres.

[2] O autor publicou esse texto publicado no portal de notícias Info Serrinha e Região em abril de 2023.

Figura 17 - Animais abandonados em Serrinha - BA

Fonte: autor, 2022.

Onças pintadas sendo mortas e torturadas, aves sendo contrabandeadas e entrando em extinção, serpentes sendo alocadas fora do seu habitat e toda a fauna silvestre que comove a opinião pública em decorrência dos crimes ambientais estão equiparadas à fauna urbana, figurada principalmente em cães e gatos, que nos cerca e nos assedia com a lembrança de que não estamos sendo suficientemente responsáveis como o nosso meio ambiente.

E soluções absurdas como o assassínio desses seres são tão grotescas que somente uma mente desprovida de qualquer humanidade e responsabilidade socioambiental é capaz de conceber. Soluções reais, exequíveis e simples precisam ser tomadas hoje para que a cidade, qualquer que seja ela, seja considerada sustentável.

Doar ração, incentivar equipamentos para o abrigo desses animais, castração gratuita ou a preço popular, cobrança por alternativas do poder público, acabar com o oferecimento de vidas animais como presentes e valorizar estabelecimentos comerciais que apoiam e ajudam os animais em situação de rua é o mínimo que se precisa fazer. E que deve começar a ser feito.

É fato que o primeiro impacto, para alguns, continuará sendo rechaçar o animal abandonado porque ele não está com o banho em dia ou porque está olhando para o prato. E a mudança dessa postura é justamente o que se necessita e espera de pessoas esclarecidas e/ou em busca da qualidade de vida.

A legislação brasileira protege os animais. A Lei 9605/98 expressa:

> *Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:*
>
> *Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.*
>
> *----------*
>
> *§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.*
>
> *§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.*

Se considerar os vieses das mais diferentes religiões, observa-se também que a causa do bem-estar animal está presente, seja expressa em livros tidos sagrados, seja em sermões ou seja em doutrinas.

Figura 18 - Animal abandonado em Serrinha-BA

Fonte: autor, 2022.

Portanto, o que se observa é que manter animais em condições degradantes é crime e, mesmo que hoje os animais na rua não sejam de responsabilidade de um determinado indivíduo, é responsabilidade de todos e de cada um - se não aos olhos do legislador, ao menos aos olhos da Deidade a que serve, sendo uma ofensa direta a esta manter essas criaturas nas atuais condições.

Na busca pela sustentabilidade não se pode excluir nenhuma criatura, menos ainda as que se domestica e que serviu, em algum momento, como fonte de defesa, afeto ou companhia.

3.5. A SUSTENTABILIDADE RETROALIMENTADA PELO PAPEL SOCIAL DA MULHER[3]

Quando se ouve sobre o meio ambiente, essa porção gigantesca de ambiente modificado continuamente pela ação humana, na maioria das vezes, há a referência a impactos negativos no solo, na água e no ar - e isso é compreensível tendo em vista os horrores visíves da destruição do planeta nesses meios. No entanto, o meio ambiente é bem mais que isso e é preciso que se tenha noção das mais diversas facetas deste para que se tenha a real dimensão do quanto cada indivíduo é afetado nos mais diferentes contextos.

Dentre os elementos que constituem o conceito de meio ambiente, adotado pela ONU e pelos programas internacionais sobre a temática, está o social. Nesse elemento se considera que o ser humano é o agente que sofre as consequências positivas e negativas das ações sobre o ambiente natural e/ou artificial em que está inserido, revelenado injustiças socioambientais. Muito além disso, a sustentabilidade, historicamente buscada pelos movimentos ambientalistas e, muito recentemente, de forma tão midiática pelo mundo corporativo por meio do conceito de ESG, é somente alcançada quando se entende que o ser humano, com suas particularidades sociais, suas dores e suas necessidades, precisa ser considerado enfaticamente em projetos e discussões transversais.

E como trazer essa discussão do aspecto social na promoção do bem-estar humano como forma de buscar a sustentabilidade? Começando pelo "simples" e discutindo aspectos do cotidiano, visando, entre outros, a igualdade de gênero, a erradicação da fome, o acesso a saúde, à educação e à segurança. No recorte social que envolve esses elementos, em graus diferentes, há discussões que precisam ser consideradas em seus aspectos objetivos e subjetivos e que desembocam na luta pela manutenção do meio ambiente e na reversão de hábitos danosos ao meio ambiente e às comunidades, sem preconceito geográfico.

[...]

O ser humano em formação precisa de condições seguras para o seu desenvolvimento e aquelas que lutam por esse *status* de segurança precisam ser

[3] O autor publicou esse texto no portal de notícias Info Serrinha e Região em maio de 2023.

ouvidas se realmente há a luta séria pela causa ambiental, que é a causa da própria sobrevivência humana. Ouvir e agir.

[...]

A sustentabilidade e sua efetivação na sociedade é a garantia de que haverá futuro para esses humanos.

3.6. A INFLUÊNCIA DO COMPORTAMENTO HUMANO NA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE[4]

O comportamento humano é opressor em vários sentidos e está cada vez mais notável sobre a fauna e os recursos naturais a que essa espécie tem o prazer de usufruir indiscriminadamente, como sempre fez. De um lado, como que por mágica, os pais descobrem que influenciam a prole com pequenos atos impensados e espontâneos e isso é um colírio para os olhos ardentes dos navegadores inveterados de redes sociais.

No entanto, o comportamento humano vai muito além e não cansa de surpreender, principalmente nesses tempos de alterações mais que significativas no meio ambiente. Segundo publicou o jornal espanhol El Mundo, o comportamento dos visitantes de praias e regiões marinhas tem influenciado o comportamento das gaivotas, que prestam atenção em o que é ingerido por nossa espécie e adotam o mesmo tipo de comportamento. É assim que se observa a preferência alimentar das gaivotas por certos tipos de batatas fritas.

De alimentos a automedicação forçada - assim se pode descrever a vida costeira. Conforme apontado por El Mundo, de forma complementar ao comportamento das gaivotas, a presença de nicotina e antidepressivos em águas costeiras com amplo espaço de contaminação que abrange até a Antártica. Dentre as substâncias contaminantes detectadas tem-se o citalopram, a claritromicina, a nicotina, a venlafaxina e a hidroclorotiazida. Esse estudo, intitulado Human footprint on the water quality from the northern Antarctic Peninsula region, publicado no periódico Journal of Hazardous Materials, mostrou também a presença na água de ibuprofeno, diclofenaco, cafeína e antibióticos. Segundo os autores, o

[4] O autor publicou esse texto no portal de notícias Info Serrinha e Região em maio de 2023.

“trabalho confirma que as atividades humanas na Antártica são responsáveis pela dispersão dos CECs [Contaminantes de Preocupação Emergente, por sua sigla em inglês] neste continente, deixando uma pegada mesmo em áreas onde as atividades de pesquisa e turismo não são concentradas. A contaminação por CEC não está estritamente ligada à contaminação in situ de fontes antropogênicas”. E enfatizam que “um esforço deve ser feito para implementar sistemas eficientes de tratamento de águas residuais em todas as estações para reduzir as emissões CEC, uma vez que as descargas de águas residuais são apontadas como sua fonte mais relevante. Conscientização adicional deve ser levantada entre os visitantes para reduzir o uso dessas substâncias”.

E mesmo para aqueles que se creem livres da responsabilidade sobre o comportamento e a saúde da fauna e da integridade do meio ambiente fica a pergunta: como seus hábitos estão impactando a vida animal, silvestre ou domesticada, ao seu redor?

3.7. SOBRE O PETRÓLEO BRASILEIRO E OS MINERAIS BAIANOS[5]

A América Latina e o Caribe sempre foram alvo da cobiça da comunidade internacional e, historicamente, isso se traduziu em violência e barbaridades. O ouro, com o qual a cobiça se materializou nos primórdios da colonização, é o metal que brilha falsamante ao longo da história da América Latina e do Caribe.

Os séculos passaram e o ouro deixou de ser o único objeto de desejo e cobiça das nações colonizadoras. O desejo pelas riquezas minerais foi expandido e o subsolo parece ser o debate mais caloroso nas mesas do poder, longe dos holofotes. O petróleo, essa fonte não-renovável de energia que abunda pela costa da América Latina e do Caribe, ameaça o presente e como é mais fácil extraí-lo do que investir em energia renovável, a comunidade internacional levanta-se como a velha matrona que deseja sedentamente beber do licor negro.

No entanto, nem só de líquido a mente internacional precisa. Os minerais são outra fonte de desejo, seja pela raridade, seja pela abundância. Recentemente, a

[5] O autor publicou esse texto no portal de notícias Info Serrinha e Região em junho de 2023.

Companhia Baiana de Pesquisa Mineral divulgou a notícia de que o estado da Bahia possui uma extensa área de recursos minerais inexplorados, além de toda a grande extensão de mineração atual. Um brilho no olho daqueles que desejam o bem material sem considerar as implicações objetivas e subjetivas cruzou os oceanos e as pequenas distâncias dentro do Brasil.

Aliado ao destaque das novas reservas de petróleo descobertas na costa brasileira, e não apenas nela, o anúncio da possível nova província mineral reacende debates sobre o crescimento econômico que essas explorações podem promover. A pergunta que fica, e ainda irrespondível, não é o quanto de crescimento econômico isso pode trazer, mas o quão alto será o preço pago pelas populações, direta e indiretamente afetadas.

É preciso lembrar que as demais nações podem querer e provocar guerras em busca do que é nosso, latino, brasileiro, baiano. Mas somos nós, em primeira e última instância, que devemos ditar a marcha do quão rápido queremos esse crescimento econômico oferecido e a que preço.

Não sem motivos, vale lembrar as palavras do escritor e Nobel de literatura Gabriel García Márquez que denunciou as mazelas sofridas pela região ao longo dos séculos: “A América Latina não quer nem tem por que ser um peão sem vontade, nem tem nada de quimérico que seus desígnios de independência e originalidade se convertam em uma aspiração ocidental.”6

[6] Citação retirada do discurso A Solidão da América Latina, de Gabriel García Márquez.

REFERÊNCIAS

LIMA, R. R. F. de. **Uma nota sobre os desastres socioambientais**. Infoserrinha. Disponível em: https://www.infoserrinhaeregiao.com.br/post/artigo-uma-nota-sobre-os-desastres-socioambientais. Acesso em: 05 ago. 2024.

LIMA, R. R. F. de. **As significativas vidas da sarjeta**. Infoserrinha. Disponível em: https://www.infoserrinhaeregiao.com.br/post/artigo-as-significativas-vidas-da-sarjeta. Acesso em: 05 ago. 2024.

LIMA, R. R. F. de. **A sustentabilidade retroalimentada pelo papel social da mulher**. Infoserrinha. Disponível em: https://www.infoserrinhaeregiao.com.br/post/artigo-a-sustentabilidade-retroalimentada-pelo-papel-social-da-mulher. Acesso em: 05 ago. 2024.

LIMA, R. R. F. de. **A influência do comportamento humano na integridade do meio ambiente**. Infoserrinha. Disponível em: https://www..infoserrinhaeregiao.com.br/post/artigo-a-influência-do-comportamento-humano-na-integridade-do-meio-ambiente. Acesso em: 05 ago. 2024.

LIMA, R. R. F. de. **Sobre o petróleo brasileiro e os minerais baianos**. Infoserrinha. Disponível em: https://www..infoserrinhaeregiao.com.br/post/artigo-sobre-o-petróleo-brasileiro-e-os-minerai-baianos. Acesso em: 05 ago. 2024.

MCGLADE, J. Archaeology and the ecodynamics of human-modified landscapes. **Antiquity**, v. 69, n. 262, p. 113-132, 1995.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson